

HABEAS CORPUS Nº 494.308 - SP (2019/0048324-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ROBERTO MACHADO TONSIG E OUTRO
ADVOGADOS : JOSÉ ANTÔNIO FRANZIN - SP087571
ROBERTO MACHADO TONSIG - SP112762
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CARLOS EDUARDO PAZINI (PRESO)

DECISÃO

O **paciente** alega sofrer coação ilegal em decorrência de **decisão indeferitória de liminar** proferida por **Desembargador** do Tribunal *a quo* no HC n. 2031925-19.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o insurgente foi preso em flagrante e, posteriormente, teve a custódia convertida em preventiva, pela suposta prática dos delitos de estelionato e associação criminosa.

Neste *writ*, a defesa aduz que o decreto prisional carece de fundamentação idônea. Requer o impetrante, então, liminarmente, a mitigação da Súmula n. 691, a fim de que sejam suspensos os efeitos do decreto prisional.

Decido.

I. Súmula n. 691 do STF

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, “c”), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau.

Em verdade, o remédio heroico, em que pese sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não deve servir de instrumento para que se afastem as regras de competência e se submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta ilegalidade, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical**, a apontada violação ao direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ

quanto do STF, admite o excepcional afastamento do rigor da Súmula n. 691 do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

Não contribui para a higidez do sistema de justiça criminal que, salvo hipóteses excepcionais, pedidos de habeas corpus ainda não previamente apreciados por um órgão colegiado, nem sequer instruídos com as informações do Juiz de primeiro grau e o parecer do órgão do Ministério Público Federal, sejam decididos de maneira precária, por magistrado que não dispõe de todos os documentos necessários para formar sua convicção.

Outrossim, cabe referenciar **aspecto de natureza funcional de extrema importância para quem se preocupa não apenas com implicações subjetivas do exercício da jurisdição, mas também com a própria saúde das relações entre jurisdicionados e órgãos judicantes**: se qualquer decisão da lavra de magistrado de primeiro grau pudesse ser, de forma quase direta e natural, revisada pelos Tribunais Superiores, o sistema de justiça criminal entraria em colapso, mormente em um país continental como o Brasil, com população superior a 200 milhões de habitantes, e com um Poder Judiciário fracionado em mais de 18 mil magistrados, já incumbidos do exame de quase uma centena de milhões de processos (dados do CNJ).

Notório, pois, o **prejuízo ao poder de julgar de maneira organizada, acurada e correta**, ante as limitações da capacidade dos órgãos jurisdicionais superiores, os quais, premidos pelo dever de prestar jurisdição, acabam por sacrificar as competências constitucionais que lhes são próprias para, **em prejuízo de outros jurisdicionados**, analisar ações que, em muitos casos, ainda não foram devidamente deslindadas nas instâncias ordinárias.

Os danos decorrentes da supressão de instâncias e da consequente prodigalidade do uso de recursos e ações **judiciais não alcançam, vale acentuar, somente os jurisdicionados em geral, mas também o próprio postulante da tutela de urgência. É que, dadas as limitações estruturais e funcionais de qualquer órgão judicante – e, em especial, dos órgãos fracionários dos Tribunais Superiores – despendem-se recursos humanos e o tempo de servidores e dos magistrados para um exame precário de situação ainda pendente de julgamento pelo órgão colegiado na origem, o que, de plano, engendra duas óbvias consequências: (a) retardo no deslinde das centenas de**

postulações regularmente endereçadas à Corte Superior, **anteriormente distribuídas** (com prioridade temporal, portanto), com **igual relevância temática** e que observaram o devido trâmite de instâncias; (b) **eventual repercussão** no reexame futuro da questão posta pelo requerente, em prejuízo do paciente – dado o incontornável dever judicial de motivação do ato decisório –, antes que se tenham examinado pela justiça de segundo grau todos os argumentos explicitados na impetração.

São preocupações que deveriam ser sopesadas por todos os sujeitos processuais, para que se busque alcançar um maior **equilíbrio entre o fundamental direito de acesso ao Judiciário e o dever funcional de prestar jurisdição com qualidade, celeridade e justiça.**

II. Teratologia não evidente

Em relação à prisão preventiva, o Juízo singular asseverou (fls. 81-82, grifei):

Os fatos são graves e o **prejuízo da vítima extremamente relevante, no importe de R\$200.000,00.** Ademais, **há indícios da existência de associação criminosa entre os autuados e o terceiro que subtraiu o dinheiro da vítima, evadindo-se do local da fraude.**

As penas máximas somadas ultrapassam a 4 anos. **NÃO** há, ainda, indicação precisa de endereço fixo que garanta a vinculação ao distrito da culpa, denotando que a cautela é necessária para a conveniência da instrução criminal e de eventual aplicação da lei penal, nem de atividade laboral remunerada, de modo que as atividades ilícitas porventura sejam fonte ao menos alternativa de renda (modelo de vida), pelo que a recolocação em liberdade neste momento (de maneira precoce) geraria presumível retorno às vias delitivas, meio de sustento.

Com efeito, o autuado Abdias é do Estado do Mato Grosso, diz que passou pela cidade de Jundiá e agora está em São Paulo, evidenciando-se a ausência de vínculo com o distrito da culpa. Já o autuado Carlos disse que é de Americana, não havendo qualquer informe quanto a sua vinda para São Paulo, em especial para ajudar na casa de câmbio. Assim, há indícios que estão em São Paulo para a prática delitiva.

O Desembargador relator do habeas corpus originário, por

sua vez, aduziu não haver, em um primeiro momento, ilegalidade na decisão que converteu a prisão em flagrante do paciente em preventiva, e concluiu estarem presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva.

Os elementos invocados pelo Magistrado de primeiro grau evidenciam, à primeira vista, a necessidade de manutenção da prisão preventiva para assegurar a ordem pública, dada a **gravidade concreta do delito**, demonstrada pelo montante do prejuízo causado, bem como a possibilidade de **reiteração delitiva do acusado**, haja vista os indícios de formação de associação criminosa.

Portanto, **não identifico ilegalidade manifesta no *decisum*** que justifique a mitigação da Súmula n. 691 do STF.

Ressalto, todavia, que a análise feita nesta oportunidade **não preclui o exame mais acurado da matéria**, em eventual impetração que venha a ser aforada a partir da decisão colegiada do Tribunal *a quo*.

III. Dispositivo

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**